

## PRIMEIRAS PÁGINAS NA HISTÓRIA: JORNAIS E SUAS CAPAS NA CIRCULAÇÃO E LEGITIMAÇÃO DE DISCURSOS

RICARDO AUGUSTO SILVEIRA ORLANDO\*  
JEAN CARLO DE SOUZA SILVA\*\*

**Resumo:** Este trabalho se insere nas discussões sobre as relações entre imprensa e história, sobre a mídia como documento/monumento para a historiografia. Parte da consideração das primeiras páginas dos jornais como espaço privilegiado de circulação de discursos, dada a sua condição fundamental de fazer ver e construir discursivamente o mundo. Busca, delinear a especificidade da primeira página e discutir sua legitimidade em possíveis apropriações para a pesquisa histórica. Com base nos debates historiográficos iniciados pela Nova História e adotados pela história política, em especial, acerca da necessária crítica ao documento, discutimos o uso de fontes produzidas pela imprensa. Por meio delas ressaltamos o caráter de artefato, material forjado historicamente e que, portanto, tem marcas do tempo e da sociedade que o produziu. Inserimos a primeira página no universo dos gêneros discursivos, o que nos leva a considerar o jornal como produção e difusão de discurso a partir de um uso regrado da função enunciativa e de práticas socialmente reconhecidas e institucionalizadas. Apresentamos como exemplo o jornal O Globo, de postura colaboracionista com relação ao regime militar pós-1964, cujas primeiras páginas são objeto de estudo, ilustrando o debate proposto.

**Palavras-chave:** Jornal, Primeira Página, História

### Introdução

Em meio às questões da relação entre mídia e história, este trabalho procura debater, ainda de forma introdutória e parcial, a possibilidade de apropriação da primeira página dos jornais como objeto de estudo histórico, tomando-a como ponto forte de investimento na produção e circulação de discursos sobre a vida, o mundo, os sujeitos, a sociedade e suas lutas etc. Defende-se condição de certa autonomia que permitiria considerar a primeira página como um espaço/objeto específico de análise, singularizada entre as práticas discursivas do jornal. Autonomia relativa porque, embora o material estampado na primeira página dialogue com o do interior do jornal (especialmente no que tange à construção narrativa e discursiva), e esta seja produzida a partir daquele, a primeira página é objeto de uma produção específica, constituindo estratégias e esforços próprios e encerrando em si condições de visibilidade e dizibilidade que podem ser recortadas para uma análise também própria.

---

\* Professor na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Em estágio pós-doutoral na Universidade Fernando Pessoa (UFP) em Portugal. Doutor em Ciências da Comunicação (USP).

\*\* Professor na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Campus Passos). Mestrando em História na Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

As preocupações aqui expostas advêm de uma pesquisa que considera as primeiras páginas do jornal O Globo como base para a análise de discursos sobre questões em evidência durante a ditadura militar que assolou o país após 1964 e da qual o jornal foi um sabido apoiador. Suas páginas, assim, não poderiam ser analisadas sem a devida crítica do que representa a sua produção discursiva no período. De início, trazemos as questões relativas ao uso da imprensa pela história, recorrendo ao debate do documento tomado como monumento. Afinal, o Globo é um monumento de quais lutas travadas durante os anos de chumbo? Quais testemunhos ou vestígios essas primeiras páginas podem nos oferecer?

### **Imprensa e história**

Nas últimas décadas do século XX, um grupo de historiadores franceses ligados ao movimento posteriormente conhecido como “*Nouvelle histoire*”, contribuiu de modo significativo, a partir de problematizações e aproximações com os estudos culturais, para mais uma distensão teórico-metodológico do campo da história (BURKE, 1992).

Vinculada à Escola dos Annales, a geração responsável pela “nova” história se tornou um ponto de inflexão na produção historiográfica. A esse grupo, tão diverso quanto fragmentário, é atribuída a reformulação de modelos teóricos, abordagens metodológicas, adoção de objetos e fontes anteriormente marginalizados por um padrão historiográfico baseado na longa duração e de perfil estrutural. Novas visadas que, não obstante a ausência de um projeto unitário como o observado em gerações anteriores dos Annales, provocaram a produção e o enriquecimento das pesquisas em história, dada a abrangência temática (uma história que deixava, portanto, de ser “global” para se tornar “geral”, conforme apontou Foucault, 2002) das pesquisas realizadas desde então (BURKE, 1991).<sup>1</sup>

É no bojo das reformulações possibilitadas pela “nova história” que uma igualmente “nova” história política ressurgirá<sup>2</sup> após anos de marginalização. Desde a ascensão da

---

<sup>1</sup> Também contribuíram para essa mudança de paradigma a renovação da historiografia marxista operada pelos britânicos ligados à *New Left Review* (na qual se destacam E. P. Thompson e Eric Hobsbawm).

<sup>2</sup> Para Tânia de Luca (2005), a própria história política inserida no contexto de mudanças em curso na disciplina (ou crises, conforme François Dosse, 1992) não teve um retorno, mas sim um “reavivamento” ou “renovação”.

primeira geração dos Annales a história política é considerada inadvertidamente calcada em eventos e presa à figura de indivíduos. Mas, inserida no cenário de reformulações e aberturas para o cultural, ela despontou como uma vertente plausível para se compreender os homens – e, portanto, as sociedades e culturas – no tempo. Assim, reconfigurada e, sobretudo, revitalizada “pelo contato com outras ciências sociais e pelas trocas com outras disciplinas”, a história política, que é “por natureza indisciplinar”, passou a ocupar um lugar de “ciência-encruzilhada” por ser atravessada pela “pluridisciplinaridade [que] é para ela como o ar de que ela precisa para respirar” (RÉMOND, 2003, p.29).

Decorre do contato, ou dos empréstimos como prefere René Rémond, com problemáticas e metodologias vinculadas a outras disciplinas que não a história, a reformulação e compreensão do conceito de político e percepção da variedade de seus fenômenos sociais. Assim, é do contato com outras disciplinas que os historiadores aprenderam que o político “tem relações com os outros domínios: liga-se por mil vínculos, por toda espécie de laços, a todos os outros aspectos da vida coletiva. O político não constitui um setor separado: é a modalidade da prática social” (RÉMOND, 2003, p.36). Reconhecida a abrangência do político e seus vínculos com a cultura, não apenas o Estado e seus documentos oficiais são considerados como fonte, como outrora, na história política clássica, tinha sido. Mas, a partir do “ressurgimento” ou “renascimento” do político, também as relações cotidianas e suas artes de fazer, também os sujeitos anônimos da história foram elevados ao status de “pesquisáveis”.

É nesse cenário de novas abordagens, sobretudo, que os impressos começaram a ser largamente utilizados como fontes primárias para se compreender o cotidiano, o imaginário e as relações sociais de dada sociedade e cultura.

A mesma “Nova História” que propiciou o reavivamento da história política, também provocou o retorno de um conceito ou noção histórica: o *événement*, o acontecimento. Igualmente marginalizado pelos Annales por estar ligado à história positivista, considerada de cunho político e factual<sup>3</sup>, o acontecimento voltará à baila como ruptura, o novo a ser

---

<sup>3</sup> O descrédito da história política liga-se à desqualificação do acontecimento pelos Annales da primeira geração. Lembramos que a crítica em relação à história considerada positivista era por ela partir e narrar o evento

apreendido e analisado tanto quanto o estrutural e a longa duração, até por estar indissociavelmente relacionado a eles. É como elemento indiciário, então, que “o acontecimento é compreendido duplamente, como sugere sua etimologia, como resultado e como começo, como desfecho e como abertura de possíveis” (DOSSE, 2013, p.6).

Contribui para o “retorno” do acontecimento, ou do “fato” como é intitulado o célebre texto de Pierre Nora (1995), o lugar privilegiado que os meios de comunicação ocupam na contemporaneidade. Nora constrói sua reflexão sobre o “acontecimento” a partir do que ocorreu em Maio de 68, o “acontecimento monstro” por sua dimensão (geradora de outros acontecimentos e gestadora de plurissentidos). Para o historiador, 1968 teria, para além da revolta estudantil, evidenciado que “é aos *mass media* que se deve o reaparecimento do monopólio da história. De agora em diante esse monopólio lhes pertence. Nas nossas sociedades contemporâneas é por intermédio deles e somente por eles que o acontecimento marca a sua presença e não nos pode evitar” (NORA, 1995, p.181). Nesse sentido, Nora nos chama atenção para a relação simbiótica existente entre os meios de comunicação e os acontecimentos. Esses não *existem* sem aqueles. Relação que foi explicitada por Dosse (2013, p.260) da seguinte maneira: “cada vez mais, é através delas [as mídias] que o acontecimento existe. Para ser, o acontecimento deve ser conhecido, e as mídias são de maneira crescente os vetores dessa tomada de consciência”.

Na produção incessante pelos meios de comunicação, o acontecimento, segundo Nora, em meio ao excesso informacional, aparece enredado no imperativo da novidade, nos apelos emocionais, na lei “totalitária” do espetáculo. Esta primazia das mídias como agentes históricos nos colocam, contudo, outra problemática: a sua constituição como fonte para a história. Algo que nos conduz para a discussão acerca do documento como monumento.

### **Jornal monumento**

“No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira”, adverte

---

(acontecimento): as guerras, as escolhas dos agentes políticos e suas consequências. Decorre disso a substituição do acontecimento, a espuma das ondas no mar da história, na metáfora de Marc Bloch (2001), pela análise que privilegiasse as estruturas, portanto, as correntes marítimas que conduzem e formam os acontecimentos.

Jacques Le Goff (1996, p.548). De início, a crítica tradicional dos documentos estava ligada ao problema da sua autenticidade. Com os *Annales*, a noção de documento passa por uma crítica mais profunda a partir de pontos como a necessidade de se questionar a própria preservação dos documentos, a sua presença nos arquivos. Em 1960, Paul Zumthor, destaca Le Goff (1996), discute a conversão de documentos em monumentos por uma “elevação”, uma verdadeira mudança de estatuto na hierarquia dos testemunhos. Conforme Le Goff, Zumthor aponta a utilização dos documentos pelo poder como o caminho que faz deles um monumento do passado, ainda que ele não reconheça que todo documento é um monumento. Le Goff estabelece, assim, a necessidade que se impõe ao historiador de considerar a crítica de todo documento como um monumento. “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 1996, p.545). Como lembra o autor, Foucault expôs com propriedade o caráter imperativo e questionador: “a história é o que transforma os documentos em monumentos” (FOUCAULT, 2002, p. 8). Assim, explica Le Goff, é preciso ultrapassar a questão da autenticidade, pois todo documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso e porque um monumento é antes de tudo uma roupagem, uma montagem. “É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos” (LE GOFF, 1996, p. 548).

Compreendido como uma fabricação da sociedade, portanto, um material que traz consigo marcas de um tempo, manejar os documentos também impõem aos pesquisadores uma (auto)indagação norteadora: por que esses artefatos sobreviveram, ou sobrevieram, para a pesquisa histórica e não outros? Essa questão nos possibilita analisar as escolhas e os problemas dos pesquisadores ao compor o seu *corpus*, mas não somente. Por meio do incessante inquérito ao qual historiadores profissionais ou não, submeteram suas fontes e a si mesmos, as análises passaram a ser realizadas com base em problemáticas que cumpriam a dupla função desnaturalizar a fonte e de dessacralizar a escrita da história.

Em se tratando especificamente dos estudos sobre a imprensa no Brasil, é importante salientar que os impactos das mudanças relacionadas à Nova História se fizeram sentir. Tânia de Luca nos apresenta um quadro geral de como essas fontes eram trabalhadas no país até a

década de 1970. Segundo a historiadora, até aquele momento o número de trabalhos que utilizavam fontes da imprensa (jornais e revistas) era “relativamente pequeno”, porém a “introdução e difusão da imprensa no país e o itinerário de jornais e jornalistas já contava com bibliografia significativa” (LUCA, 2005, p.111). Ou seja, mesmo admitida a contribuição dos impressos para a análise histórica, até aquele momento ainda “relutava-se em mobilizá-los para a escrita da História por meio da imprensa” (LUCA, 2005, p.111).

Portanto, o que tínhamos era uma história da imprensa que se ocupava de historicizar os veículos de comunicação sem, contudo, relacioná-los com a cultura, suas contradições ou mesmo sem perscrutar os discursos e as memórias sociais que esses veículos mobilizavam em suas páginas. Mas com a ampliação dos debates acerca das abordagens e problemas, além da influência de outras disciplinas, os historiadores, conforme afirmam Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário Peixoto (2007), compreenderam que a imprensa é algo “que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e [que] requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe”(CRUZ; PEIXOTO, 2007, p.258). Aceito isso, a utilização da imprensa na história está hoje cada vez mais generalizada, argumentam as autoras, lembrando que usos contemporâneos indicam que ficou para trás o momento em que ela era considerada uma fonte suspeita. A atitude agora incorpora a visão de que os materiais da imprensa, como todo documento, são também um monumento.

Nesse sentido, se nos voltássemos para o período da ditadura civil-militar e para as relações que o jornal carioca O Globo construiu com a sociedade daquele tempo, que marcas poderíamos ler naquelas páginas?

Quando o presidente Jânio Quadros renunciou em 25 de agosto de 1961, o jornal O Globo – fundado em 1925 –, como outros jornais da grande imprensa, imediatamente se colocou contrário a posse do vice-presidente João Goulart como chefe do Executivo. Não obstante, o jornal se manifestou favorável à adoção de um governo parlamentarista, a saída conciliatória tramada pelo Congresso e as Forças Armadas para que Jango tomasse posse. O parlamentarismo, que restringia os poderes de um presidente visto com desconfiança e receio por ter sido Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, durou por cerca de dois anos. Período

após o qual, depois de um plebiscito no qual o regime presidencialista venceu, Jango retomou o controle do governo. Aliás, o Globo foi contrário à realização desse plebiscito.

Durante o governo de João Goulart, o periódico manteve-se como veículo de oposição ao defender os interesses do capital internacional e atacar as chamadas reformas de base propostas pelo presidente. É nesse sentido, como jornal abertamente de oposição e mantenedor de política editorial com claro viés liberal conservador, que o Globo “declarou-se contrário à reforma agrária, mesmo se esta fosse feita com indenização, afirmando considerar o minifúndio economicamente prejudicial” (LEAL; MONTALVÃO, 2001, p.2544). Foi, portanto, com euforia e após uma série de editoriais que defendiam o afastamento/deposição de Jango, que o jornal saudou em manchetes os militares como revolucionários que libertavam o país do perigo do comunismo e que traziam a democracia de volta ao Brasil.

O jornal manteve-se assim alinhado às políticas e medidas dos governos militares. Atesta essa afirmação o retrospecto realizado por Leal e Montalvão (2001), que assegura que o jornal carioca defendeu a prorrogação do mandato do primeiro general-presidente pós-64, Humberto Castelo Branco. Em relação a Costa e Silva, que assumiu a presidência em 1967, o Globo mostra algumas reservas, embora tenha mantido seu apoio às principais teses do movimento militar (LEAL; MONTALVÃO, 2001, p.2545). Entretanto, essas mesmas reservas não ocorrem com o governo do general Médici, que protagoniza o período mais duro da ditadura - os anos de chumbo - e, segundo os autores, recebe do jornal “total adesão”.

Desse modo, O Globo se tornou “gradualmente no mais governista dos jornais” (LEAL; MONTALVÃO, 2001, p.2545). Isso ocorreu, sobretudo, quando o jornal abandonou, durante o governo Geisel, a sua tradicional defesa das privatizações de empresas, para encampar um discurso de estatização e de apoio a sua política econômica nacionalista.

O alinhamento do jornal com os ideais dos governos militares ainda aparece explicitamente em momentos como no 50º aniversário do periódico em 1975. Nessa ocasião, em um editorial comemorativo, O Globo se propôs a manter um “firme combate à subversão” e declarou ao mesmo tempo que o crescimento econômico do país criara ‘condições de trabalho profícuo, ensejando que, embora sempre vigilantes, possamos partir para a implantação do desenvolvimento político e social’” (LEAL; MONTALVÃO, 2001, p.2546).



Mesmo durante a abertura conduzida pelo general Figueiredo e meses antes da eleição indireta que elegeria Tancredo Neves para presidente, O Globo, em editorial assinado por Roberto Marinho na primeira página e intitulado “Julgamento da Revolução”, faz uma avaliação sobre os anos de ditadura e concluiu:

Não há memória de que haja ocorrido aqui, ou em qualquer país, que um regime de força, consolidado há mais de 10 anos, se tenha utilizado de seu próprio arbítrio para se autolimitar, extinguindo os poderes de exceção, anistiando os adversários, ensejando novos quadros partidários, em plena liberdade de imprensa. É esse o maior feito da Revolução de 64<sup>4</sup>.

Assim, O Globo, manteve-se leal, senão à ditadura civil-militar, ao menos aos seus legados, e à memória de uma revolução que “salvou” o Brasil de ser dominado pelo mal comunista. A linha editorial e a produção jornalística de O Globo se mantiveram alinhadas à ditadura pós-64 e nas primeiras páginas do jornal essa aliança emerge de forma contundente.

### **Primeira página**

A primeira página dos jornais é reconhecida como espaço privilegiado dos periódicos. Estratégico. Leitores prestam atenção aos temas selecionados para compor as “capas<sup>5</sup>” dos jornais. Jornalistas, nas redações, lutam para que seus textos sejam destaque na primeira página, pois é reconhecimento de seu trabalho e uma forma de distinção frente aos pares.

O jornal impresso é uma unidade neste sentido foucaultiano (FOUCAULT, 2002) que emerge com força e se dissemina e se consolida na modernidade. Considerar a primeira página como unidade apontaria de início ocupar-se de indicar de que formas isso ocorreu e sob quais regras de formação foi possível tê-la singularizada, reconhecida, legitimada, estratégica. Por ora, neste trabalho, vamos nos ocupar um pouco do seu funcionamento e das

---

<sup>4</sup> MARINHO, Roberto. Julgamento da Revolução. In: **O Globo**. Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1984, p.1.

<sup>5</sup> No Brasil a terminologia “capa” para os jornais é amplamente disseminada e aceita. A rigor, o termo é mais apropriado para se referir a livros e revistas. As capas estão relacionadas com a cobertura de proteção usada nos livros antigos, que indicavam inclusive o grau de raridade, preciosidade e até certa sacralidade com que se tratavam estes objetos. Chegou a ser utilizada nos primeiros jornais que se assemelhavam a livros. Desaparecida dos jornais quando estes constituíram uma identidade, linguagem e modos de existência próprios. Para jornais, o termo preferido é primeira página. Sobre transformações dos jornais, ver Sousa (2005) e Larequi (1994).



questões que coloca para as relações entre história e mídia, além das razões básicas para tê-la em singularidade. Isso não esgota a discussão que se pretende fazer dela, ao contrário<sup>6</sup>.

Em filmes que hoje estão datados, é comum ver os jornais sendo retirados na boca das impressoras e a primeira página com sua manchete sendo focalizada para demonstrar a repercussão de algo relevante na narrativa fílmica. Ela é o próprio ícone do jornal, por extensão, da imprensa e da propagação social de informações relevantes. Trata-se de uma forma cultural que se torna signo de um objeto ou mesmo de uma instituição, que pode ser apropriado na construção de textos e narrativas e que de algum modo simboliza práticas, lugares, instituições e valores. Seus modos de existência têm ancoragem e repercussão social.

De início, podemos considerar, com Foucault (2002), que os discursos são práticas que formam os objetos dos quais falam. Além de termos objetos como o jornal e sua primeira página, é importante notar que o jornal produz e coloca para circular múltiplos discursos que formam também múltiplos objetos, produzindo e reproduzindo em sua dinâmica uma trama institucional de enunciados e enunciações que legitima e deslegitima, dá a ver e posiciona sujeitos e objetos, atribui valores e posições adequadas ou inadequadas em meio às diversas repartições do espaço social que ajuda a criar. Adotar também a visão da prática discursiva da mídia leva-nos, assim, a pensar o exercício enunciativo do jornal em relação à institucionalização, legitimação e controle do uso da função enunciativa.

A primeira página se torna um espaço privilegiado com base em dois pontos principais: é um espaço de dar a ver a informação jornalística, em condições específicas de dizibilidade e visibilidade da informação que atuam nas diversas direções dos *usos e funções* que esta página assume; ela é resultado de um trabalho específico de produção e possui um modo de existência próprio, ao lado de um outro que se integra no conjunto do jornal - é um gênero discursivo produzido com certas características por estar associado a uma atividade social clara, conhecida, pré-estabelecida (MAINGUENEAU, 2015).

As primeiras versões dos jornais não incluíam propriamente primeiras páginas ou

---

<sup>6</sup> As questões que envolvem a primeira página são objeto de pesquisa específica, em desenvolvimento. Parte delas foram apresentadas em ORLANDO, R. Espaços e práticas: dispositivo e aspectos para abordagem discursiva da visualidade em primeiras páginas de jornais. V Congresso Internacional de História, Universidade Federal de Goiás. Jataí, setembro de 2016.

capas nos sentidos que as tomamos hoje. Como lembra Moraes Filho (2010), dois modelos básicos caracterizavam os primeiros periódicos impressos: o coranto e o livro. Ambos embora tivessem, por óbvio uma primeira página<sup>7</sup>, elas não se assemelhavam ao que a primeira página viria a se tornar para os jornais a partir de meados do século XX. Em rápido retrospecto, pode-se lembrar, a partir da síntese de Sousa (2005), que as primeiras transformações dos periódicos incluem destacar a denominação das publicações no topo da página um, a periodicidade é com frequência colocada em destaque e o caráter jornalístico / noticioso é marcado nos nomes e também nas matérias publicadas. Uma das mudanças mais significativas para a constituição de uma identidade dos jornais foi a ampliação do tamanho dos jornais, em que os diários passam para o formato de folhas grandes, abandonando a encadernação do livro e adotando a divisão do espaço em várias colunas e a colocação de diversas informações por página. Diversas alterações significativas se seguiram do final do século XIX até hoje para construir o objeto que conhecemos integrado a práticas sociais, marcar sua identidade e definir as características da linguagem jornalística.

Até meados do século XX, a primeira página, apesar dos destaques e da reunião do que se considerava mais importante, ainda é em parte tratada com a uma página de início da leitura, em que as matérias maiores e importantes começam nela e continuam nas seguintes. No Brasil, após os anos 1950, com as mudanças mais significativas na imprensa, atreladas à disputa mais acirrada dos jornais por espaço no mercado<sup>8</sup>, emergem aspectos básicos para a singularização da primeira página. Na Folha de S.Paulo, por exemplo, conta Jorge Cláudio Ribeiro (*apud* FERREIRA JÚNIOR, 2003), a primeira página passa a ser trabalhada com o modelo de chamadas (sumarizando a edição), produzida especificamente para atrair a atenção dos leitores e auxiliar de forma decisiva na venda do produto em banca. A famosa reformulação do Jornal do Brasil (LESSA, 1995), capitaneada entre outros por Amílcar de Castro, traz como uma das marcas a consideração das páginas como unidade: os textos

---

<sup>7</sup> Nos primórdios dos jornais, algumas publicações tinham uma única página, impressa em frente e verso.

<sup>8</sup> Fase da imprensa brasileira caracterizada como modernização dos jornais, que vai coincidir também, para alguns estudiosos, com a entrada dos jornais no modelo das indústrias culturais. Algo que avança e se consolida a partir dos anos 1960. Sobre a modernização da imprensa brasileira após a metade do século XX, ver Abreu (2002), Ribeiro (2007) e Barbosa (2007). Sobre questões de mercado e a modernização, ver Ribeiro (2007).

passam a ser calculados e a edição e diagramação são feitas para que eles comecem e terminem na mesma página. A primeira página do Jornal do Brasil anterior à reformulação do final dos anos 1950, repleta de anúncios classificados, é um exemplo de como este espaço era pouco problematizado e não considerado como tão estratégico até aquele momento.

É nessa época que as primeiras páginas passam a ser trabalhadas de forma mais específica e ganham estatuto – tanto em produção quanto em circulação – que até então estava solto e não consolidado entre os jornais brasileiros. Não que tudo ali seja novidade<sup>9</sup>, mas é neste momento que os jornais passam a tratá-la no registro de um investimento produtivo até então inédito. O modelo de primeira página em forma de mosaico de informações – chamadas com um pouco de tudo que há no jornal – se firma e se dissemina. A sumarização da informação (SOUSA, 2005) passa a ser cada vez mais a regra. É nessa fase também que os jornais passam a dar mais atenção aos processos de design (SOUSA, 2005) integrados à edição e que uma visualidade específica se consolida como parte do modo de enunciação da informação jornalística. A visualidade entra em definitivo na linguagem jornalística e ajuda a compor a identidade da informação e dos veículos, para a qual a primeira página é básica.

Este espaço privilegiado, rosto da publicação e do mundo, com o passar do tempo, vai assumindo assim sua múltipla condição: anúncio do que o jornal possui, tentando oferecer uma vitrina com um pouco de tudo que há na edição (o mais importante de cada editoria, um leque amplo de assuntos que possa interessar à maior gama possível de leitores); uma espécie de anúncio publicitário do próprio jornal, tentando levar o consumidor a se interessar pelo produto e adquiri-lo; ponto de esforço fundamental para a construção da identidade do jornal – tão mais importante quanto mais estratégica é a necessidade de posicionamento e competição no mercado das notícias –; e modo de hierarquização do mundo construído a partir das informações, de atribuição de valor, de direcionamento da leitura e indicação de sentidos para os “fatos” estampados em suas páginas.

Desse modo, após as transformações que marcaram a renovação da imprensa brasileira a partir dos anos 1950 e que mudam profundamente suas características pode-se falar do texto

---

<sup>9</sup> Como lembra Barbosa (2007), muitas das mudanças implementadas nesta etapa vinham sendo adotadas aqui e ali durante as décadas anteriores

construído pela primeira página como específico, uma vez que é uma página fabricada para funções e usos próprios, mesmo que ainda mantenha uma forte relação com o restante da publicação para a realização de todos os seus sentidos. Ela se constitui, na correlação com outros textos, como um gênero próprio dentro do jornal e do jornalismo, individualizando-se e integrando-se aos outros gêneros que habitam o periódico.

Charaudeau (2008) aponta que a noção de gênero é diversa e as abordagens às vezes enfatizam a natureza comunicacional, regularidades composicionais ou características formais dos textos. Ou, ainda, a ancoragem social do discurso, perspectiva que nos interessa para pensar a singularidade da primeira página, então, como objeto de estudo.

Conforme Maingueneau, a noção de gênero discursivo no âmbito da análise do discurso trabalha ao redor da ideia de “instituição de fala, dispositivo de comunicação sócio-historicamente determinado” (2015, p. 66). A noção de gênero auxilia, então, na definição do *corpus* de pesquisa, considerando-se uma preocupação com a análise histórica dos discursos, a partir de recortes baseados no uso da função enunciativa, nos modos de circulação dos discursos, conforme um vínculo social e histórico. Seguindo Maingueneau (2015), pela noção de gênero pode-se fazer uma escolha que considera as unidades de análise chamadas de *tópicas*, isto é, que são “pré-recortadas pelas práticas sociais”, no “prolongamento das categorizações dos atores sociais” (outra possibilidade são as não-tópicas, que resultam de construção feita pelos pesquisadores). As primeiras páginas seriam unidades tópicas, parte do discurso ligado à esfera da imprensa diária de referência<sup>10</sup>.

Aproveitando-nos da justificativa de Grillo, destacamos que a entrada da análise pelas questões de gênero, vinculadas com a construção da cena de enunciação (MAINGUENEAU, 2015), permite ainda “restituir aos enunciados da imprensa a sua corporalidade, ou seja, analisar as condições de produção do discurso da imprensa enquanto constitutivas dos enunciados e responsáveis pelo seu caráter genérico” (GRILLO, 2004, p. 51).

---

<sup>10</sup> Consideram-se jornais de referência aqueles vinculados ao debate das questões mais relevantes para as diversas esferas da vida de uma sociedade, cujo papel seria ajudar a formar a opinião dos cidadãos. Em outros termos, estariam vinculados ao interesse público, ao exercício da cidadania e ao “bem” comum. Normalmente esta denominação liga-se também a aspectos relativos a porte da empresa, tiragem e área de abrangência / circulação. Esta classificação necessita de uma problematização que não cabe neste texto. Sobre jornais de referência, ver Molina (2008) e Sousa (2005).

## O Globo

Para ilustrar essa reflexão, vale uma incursão por aspectos identificados nas primeiras páginas de O Globo, que compõem o foco do nosso interesse na análise dos discursos que circularam em alguns dos chamados “anos de chumbo” do regime ditatorial civil-militar que se instalou no Brasil após 1964. A análise destas páginas está estabelecida em outros trabalhos<sup>11</sup>. A partir do material disponível no acervo do jornal na internet<sup>12</sup>, foram selecionadas inicialmente um total de 180 primeiras páginas, em quatro meses escolhidos de forma aleatória entre os anos de 1969 e 1971 - um do primeiro semestre e outro do segundo - e mais dois meses motivados - junho de 1970, por causa da Copa do Mundo e janeiro de 1969, pela proximidade com o AI-5. A partir deste material foi feito um sobrevoo pelas primeiras páginas, algumas foram selecionadas para estudo, ainda em andamento. Deste modo, os dados levantados são preliminares, mas já oferecem alguns resultados que dialogam com análises feitas em outro trabalho<sup>13</sup>.

As análises empreendidas sobre o jornal O Globo procuram compreender de que modo a primeira página, tomada como um gênero discursivo específico, produz e coloca para circular discursos - na condição de prática discursiva estratégica, em síntese, por sua especificidade em dar visibilidade e dizibilidade e assim formar objetos, estabelecer repartições e valorações. No caso, o foco eram os discursos sobre a subversão, os subversivos, os terroristas, enfim, o perigo interno que era um dos pontos de atenção do regime militar.

Na confluência entre o verbal e o visual, a partir de preceitos da análise da enunciação (cena de enunciação) e fundamentos da comunicação visual - como restrições genéricas, teatralização/ritualização da enunciação, enquadramento, hierarquia, distribuição de pesos,

---

<sup>11</sup> A pesquisa com O Globo durante a ditadura militar já motivou outros trabalhos como ORLANDO, R.; SOUZA SILVA, J.C.de. Ditadura, matéria de primeira página: a construção discursiva da adesão e apoio ao regime militar e à repressão na capa de jornais no pós-1964. *III Colóquio Nacional e II Colóquio Internacional Corpo e Imagem no Discurso*. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, abril de 2015. Análise mais detida referida aqui foi apresentada em ORLANDO, R.; SOUZA SILVA, J.C.de. Imprensa e o apoio à ditadura: subversão e subversivos no discurso verbo-visual de primeiras páginas de O Globo. XII Congresso da Lusocom / III Congresso da Mediacom. Universidade de Cabo Verde, Cidade da Praia (Cabo Verde), outubro de 2016.

<sup>12</sup> Disponível em <http://acervo.oglobo.globo.com/>

<sup>13</sup> ORLANDO, R.; SOUZA SILVA, J.C.de. Ditadura, matéria de primeira página... *op. cit.*

tons e tamanhos, uso das imagens etc. - estabelecem-se parâmetros para avaliar a produção discursiva das primeiras páginas de O Globo<sup>14</sup>.

Entre os aspectos levantados na análise preliminar, caracteriza-se principalmente o posicionamento do jornal com relação ao contexto internacional da Guerra Fria, em que assume postura pró-EUA de forma clara. Suas manchetes e outros destaques referem-se com frequência no material analisado até aqui a temas internacionais (mais destaques ao cenário internacional do que ao nacional), com também uma forte incidência de chamadas negativas: para além das fronteiras brasileiras, o caos e perigo espreitam e a atuação da URSS e dos comunistas é recorrente. Ao contrário, às vezes com menor destaque mas com frequência também elevada, o país é retratado como um lugar no qual impera a ordem e o progresso, trazida especialmente pelos militares no poder. As manchetes nacionais, quando negativas, referem-se à ação dos “terroristas”, dos extremistas que configuram a grande ameaça interna. Fora isso, o país vai bem. Ao lado dessa dualidade básica entre o interior e exterior, o mundo caótico e o país no rumo certo, figuram também questões que envolvem o tom conservador de polícia dos costumes adotado pelo jornal, a igreja católica sempre presente (enunciando normas e condutas), o enaltecimento do modo de vida capitalista e problemas pontuais que envolvem assaltos, crimes passionais, acidentes de trânsito. Além disso, estão presentes ainda a leveza do mundo da moda e do espetáculo e o destaque para o noticiário esportivo. Fora isso, o país, pelo silêncio das primeiras páginas, não vive sérios problemas internos de natureza política, econômica ou administrativa. Ao contrário, o jornal dá a ver com otimismo um futuro promissor que espera os brasileiros no horizonte desenhado pelos comandantes militares da jornada. As reproduções abaixo (Figuras 1, 2 e 3) trazem um pouco dessas questões expostas nas primeiras páginas, destacadas pela organização verbo-visual.

---

<sup>14</sup> Referências básicas: Sousa (2005), Lupton e Philips (2008), Grillo (2004), Maingueneau (2015) e (2004).





**Figuras 1, 2 e 3:** Reproduções das primeiras páginas de O Globo dos dias 23/01/1969, 04/11/1970 e 01/04/1971, respectivamente. Fonte: <http://acervo.oglobo.globo.com/> (acesso em 06/09/2016)

### Considerações finais

O processo de renovação pelo qual a história e a historiografia passaram desde o final dos anos de 1970, algo que foi tributado, sobretudo, aos historiadores da Nova História, possibilitou que novos problemas, abordagens e fontes pudessem ser utilizados, assim como se reconhecia a adoção de metodologias e referenciais teóricos oriundos de outras disciplinas e campos do saber. Esse alargamento da história configurou o reavivamento de uma história política, desde então influenciada pelo debate cultural, o retorno do acontecimento e, especialmente, o reconhecimento de ser todo documento um monumento do tempo e da sociedade que o produziu. O manejo das fontes oriundas da imprensa e as problemáticas que suscitam essas pesquisas foram beneficiadas pelas reformulações da história, dado comprovado pela quantidade de artigos, dissertações, teses e livros que se propõe a analisar determinado período a partir de documentos da imprensa.

Ao considerarmos como pressuposto que a primeira página de jornais impressos têm certa autonomia (por sua possibilidade de circulação social independente do restante da publicação e por sua produção específica), buscamos considerá-las como possíveis unidades



de análise que atuam de forma relevante na produção e circulação de discursos, que operam na base da atuação dos jornais de dar a ver/saber, ordenar e repartir o espaço social.

O jornal O Globo não seria um documento apropriado para o estudo da história da ditadura civil-militar brasileira a não ser se considerado no registro da crítica de suas páginas como monumento construído (montado) para produzir e ecoar certos discursos e que precisa ser desmontado. Tomado como monumento de uma época, por sua própria postura colaboracionista, permite inventariar discursos e representações que circularam naqueles anos sombrios. O que nos impõe considerar que se não houvesse a crítica às fontes, ou se considerássemos as primeiras páginas apenas como espelho do real, certamente teríamos outra história da ditadura. Aliás, não teríamos ditadura, mas uma Revolução redentora.

## Referências

- ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa : Brasil - 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- BURKE, Peter. **A revolução francesa da historiografia: A Escola dos Annales 1929-1989**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.
- CHARAUDEAU, Patrick. Gênero de discurso. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2008. pp.249-251.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. In: **Projeto História**, São Paulo, n. 35, julho-dezembro, 2007, pp. 253-270.
- DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

- DOSSE, François. **A história em migalhas**: dos Annales à Nova História. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- FERREIRA JÚNIOR, José. **Capas de jornal** : a primeira imagem e o espaço gráfico-visual. São Paulo; Senac, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. **A produção do real em gêneros do jornal impresso**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.
- LAREQUI, Jesus Canga. **El diseño periodístico en prensa diaria**. Barcelona: Bosch Casa Editorial, 1994.
- LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas-SP: Unicamp, 1996. pp.535-553.
- LEAL, Carlos Eduardo; MONTALVÃO, Sérgio. Globo, O. In: ABREU, Alzira Alves de *et al.* (org.). **Dicionário histórico-biográfico pós-1930**. Rio de Janeiro, Editora FGV; CPDOC, 2001, pp. 2540-2548.
- LESSA, Washington. 1995. Amílcar de Castro e a reforma do Jornal do Brasil. In: LESSA, Washington. 1995. **Dois estudos de comunicação visual**. Rio de Janeiro: UFRJ. pp.16-59.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. pp. 111-154.
- LUPTON, Ellen; PHILIPS, Jennifer Cole. **Novos fundamentos do design**. São Paulo: Cosac & Naify, 2008.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2004.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- MOLINA, Matías. Introdução. In: MOLINA, Matías. **Os melhores jornais do mundo** : uma visão da imprensa internacional. São Paulo: Globo, 2008. pp.10-26.
- MORAES FILHO, Ary Pimenta de. **Design de notícias : um estudo de casos múltiplos**. Tese (Doutorado em Design). Rio de Janeiro: Departamento de Artes e Design, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2010.
- NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História**: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, pp.179-193.
- RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2003, pp. 13-36.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950.** Rio de Janeiro: E-Papers, 2007.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de jornalismo impresso.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2005.